

Veículo: G1	
Data: 15/05/2018	Caderno: Economia



## União pagou em abril R\$ 401 milhões para cobrir dívidas atrasadas de estados, diz Tesouro

*Valores foram pagos porque União atuou como garantidora de empréstimos. Ao todo, R\$ 202,4 milhões correspondem a dívidas de MG, e R\$ 198,6 milhões, a dívidas do RJ.*

Por Elisa Clavery, TV Globo — Brasília  
15/05/2019 22h02 Atualizado há 12 horas

O **Tesouro Nacional** divulgou nesta quarta-feira (15) um relatório no qual informou que a União pagou em abril R\$ 401 milhões para cobrir dívidas atrasadas de estados.

De acordo com o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, desse total:

- **R\$ 202,42 milhões** correspondem a dívidas de **Minas Gerais**;
- **R\$ 198,6 milhões** correspondem a dívidas do **Rio de Janeiro**.
- 

O Tesouro cobre as dívidas atrasadas de estados e municípios em operações de crédito que têm a União como garantidora.

Nesses casos, o Tesouro recebe de volta o dinheiro por meio de contragarantias, que consistem na retenção de repasses de recursos como, por exemplo, dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Ao todo, no ano passado, o Tesouro gastou R\$ 4,823 bilhões para cobrir dívidas atrasadas de estados e de municípios.

Somente neste ano, segundo o governo federal, o montante já alcançou R\$ 2,286 bilhões somente em dívidas de Minas Gerais (R\$1,56 bilhão) e do Rio de Janeiro (R\$ 726,06 milhões).

Uma portaria do extinto Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 2017, proíbe o Tesouro de ser garantidor de novos empréstimos no caso de estados e municípios que recorrerem à União para cobrir as dívidas.

# Tribuna

## União paga em abril R\$ 401 mi em dívidas atrasadas de estados

**O** Tesouro Nacional pagou, em abril, R\$ 401,02 milhões em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte, R\$ 202,42 milhões, é relativa a atrasos de pagamento do estado de Minas Gerais. Também foram pagos R\$ 198,6 milhões do estado do Rio de Janeiro. É o que mostra reportagem de Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil Brasília.

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município fique inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobran-

do multa e juros.

Nos quatro primeiros meses deste ano, a União já quitou R\$ 2,286 bilhões de dívidas em atrasos de entes subnacionais. Desse total, R\$ 1,560 bilhão coube a Minas Gerais e R\$ 726,06 milhões ao estado do Rio.

Em 2016, 2017 e 2018, o Tesouro cobriu, respectivamente, R\$ 2,377 bilhões, R\$ 4,059 bilhões e R\$ 4,803 bilhões em dívidas em atraso de estados e municípios.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados – como receitas dos fundos de participação, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o

vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos dois anos, no entanto, decisões do Supremo Tribunal Federal impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao pacote de recuperação fiscal, no fim de 2017, o estado pode contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente.

Sem ter aderido ao programa de recuperação fiscal, o estado de Minas Gerais está impedido de contrair financiamentos com garantias pelo Tesouro até 26 de abril de 2020; Goiás até 11 de setembro deste ano; Piauí até 13 de setembro de 2019; e Roraima até 12 de dezembro.

16/05/2019 - 05:00

## Relator da tributária rejeita inclusão de novo imposto na proposta

Por Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

O relator da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado João Roma (PRB-BA), defendeu ontem que não cabe na proposta a inclusão de nenhum imposto sobre movimentação financeira. Roma contrariou o entendimento do secretário especial da Receita, Marcos Cintra, que tem defendido publicamente a criação de um novo imposto sobre pagamentos, nos moldes da antiga Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Na avaliação do relator, a proposta de reforma tributária precisa iniciar a tramitação novamente, se o governo quiser colocar mais um imposto no projeto. "Vou conversar com o Marcos Cintra porque é importante que essa medida avance para melhorar a vida do cidadão brasileiro. Nessa medida não [cabe] mais [inclusão de outros impostos]. Pelo teor que veio aqui essa medida, não acredito que seja viável, teria que voltar para a CCJ. Seria a criação de um novo imposto, aqui nós estamos diminuindo cinco impostos para um", disse.

O deputado também afirmou que o governo pode enviar outra proposta apenas para tratar da criação desse novo imposto, já que a reforma se concentra, na visão dele, em impostos sobre bens e serviços e não em movimentações financeiras. Roma fez questão de salientar, no entanto, o "protagonismo" do Congresso na discussão dessa reforma.

"Essa proposta não é a única. O assunto tributário é muito amplo. Essa [proposta] trata de um avanço, de uma reforma que é um passo largo, no intuito de simplificar a relação entre o Estado e o cidadão brasileiro", complementou.

O deputado do PRB apresentou relatório favorável à admissibilidade da PEC na CCJ. Por um acordo entre governo e oposição, porém, o relatório deve ser votado apenas na semana que vem. Ao **Valor**, Roma disse que fez "pequenos ajustes" para garantir a aprovação pelo colegiado. Nesta fase, os parlamentares apenas analisam se o texto fere ou não a Constituição. Antes de apreciar o texto definitivamente, a CCJ também deve fazer uma audiência pública sobre o tema. Somente depois de aprovada, a proposta seguirá para análise de uma comissão especial.

A PEC cria um novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição aos atuais Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Pelo texto da proposta, o IBS será uniforme em todo o território nacional, cabendo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a fixação de suas alíquotas. O projeto ainda estabelece regras de transição durante o período de dez anos. Por essas regras, nos primeiros dois anos o IBS cobrará alíquota de 1%, sendo o aumento de receita compensado pela redução das alíquotas da Cofins. Além disso, a receita do IBS será integralmente destinada à seguridade social.

Nos oito anos seguintes, as alíquotas do IPI, do ICMS, do ISS, da Cofins e do PIS serão progressivamente reduzidas, sendo compensadas pela elevação das alíquotas de referência do IBS (federal, estadual, distrital e municipal).

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/05/2019	Página: A17

## FOLHA DE S.PAULO

# Relator vota pela aprovação da reforma tributária

**Thiago Resende e  
Angela Boldrini**

**BRASÍLIA** A reforma tributária proposta por parlamentares deu, nesta quarta (15), mais um passo na Câmara, enquanto o time de Paulo Guedes (Economia) ainda discute o próprio projeto para reestruturar o sistema de impostos e contribuições no país.

O relator do texto apresentado por parlamentares, deputado João Roma (PRB-BA), votou pela aprovação da reforma na CCJ (comissão de Constituição e Justiça), primeira etapa para que a proposta tenha o aval do Congresso.

Nessa fase, a Câmara analisa se as mudanças estão em linha com a Constituição.

Logo após a leitura do parecer de Roma, membros da CCJ pediram o prazo de uma semana para analisar o relatório, que, segundo o presidente da comissão, Felipe Francischini (PSL-PR), deve ser votado na quarta-feira (22).

A pedido de diversos partidos, será realizado um debate

sobre o tema na CCJ na terça-feira (21) com especialistas.

Autor da ideia central da reforma, o economista Bernard Appy, do C.CiF (Centro de Cidadania Fiscal), foi convidado.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para alterar o sistema tributário foi apresentada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP), e com apoio de mais de 170 deputados, até mesmo de alguns do PSL, partido de Jair Bolsonaro.

Essa reforma prevê a substituição, em dez anos, de cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS/Cofins, ISS e IPI) por um imposto único: o IBS (imposto sobre bens e serviços).

Pela proposta, nos primeiros dois anos, o novo tributo seria cobrado com alíquota de 1%, destinado a financiar a seguridade social. Em compensação, haveria uma redução das taxas da Cofins.

Nos outros oito anos, as alíquotas de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS seriam progressivamente reduzidas, enquanto a do IBS subiria com o objetivo

de manter a carga tributária.

Na terça-feira (14), Guedes afirmou que estudou a proposta de Appy, mas citou haver um problema: a reforma que já está no Congresso também prevê mudanças em tributos de estados e municípios (ICMS e ISS).

Para o ministro, isso pode prejudicar o andamento do texto relatado por Roma.

Preocupados com os efeitos da reforma nas contas estaduais e municipais, que já passam por dificuldade fiscal, membros da CCJ articularam a realização de audiência pública na próxima semana.

“Essa proposta unifica o ISS. Isso vai contra o que defendemos, que é a descentralização dos recursos. Imagine uma unificação dos tributos federais, mas não mexer num tributo que é municipal. Essa é minha preocupação, mas espero que possamos esclarecer para que não tiremos mais recursos dos municípios”, afirmou o deputado Luizão Goulart (PRB-PR).

Roma, porém, defendeu

que a reforma prevê autonomia para que estados e municípios possam arrecadar de acordo com a necessidade.

“Se é certo que o papel do ICMS e do ISS é extremamente relevante para as finanças estaduais e municipais, lembre-se aqui que a proposição ora em apreciação procura resguardar a autonomia dos estados e municípios na fixação das alíquotas correspondentes a esses tributos que comporão a alíquota do Imposto sobre Bens e Serviços”, escreveu no parecer.

A proposta encampada por parlamentares determina que o imposto único não poderá incidir sobre as exportações.

O IBS, segundo o projeto, teria alíquota uniforme para todos os bens, tangíveis e intangíveis, serviços e direitos, podendo variar entre estados, Distrito Federal e municípios.

Em operações interestaduais e intermunicipais, deve ser aplicada a alíquota do estado e do município de destino.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 16/05/2019	Coluna: Economia



## RELATOR DA REFORMA TRIBUTÁRIA APRESENTA PARECER FAVORÁVEL



16 Maio, 2019

O relator da reforma tributária (PEC 45/19), deputado João Roma (PRB-BA), apresentou ontem (15) parecer pela admissibilidade do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. No entanto, um pedido de vista adiou a votação da proposta para a semana que vem.

Os deputados aprovaram um requerimento pedindo a realização de audiência pública para discutir a reforma. Segundo o presidente do colegiado, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), devem ser realizadas duas audiências sobre o tema, uma na próxima terça-feira (21) à tarde, e outra na quarta-feira (22) pela manhã. A votação do texto deve ser na quarta-feira à tarde, segundo Francischini.

Conforme a Agência Brasil, no relatório, o deputado João Roma defendeu que a reforma apresentada não contraria a Constituição e segue critérios técnicos. Para o parlamentar, o ponto que poderia receber mais questionamentos é a unificação de tributos, pois segundo alguns entendimentos, pode contrariar a autonomia dos estados e municípios e ferir o pacto federativo.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16/05/2019	Caderno: Economia



# Previdência não vai resolver sozinha problemas de crescimento e emprego, diz Maia

*O presidente da Câmara defendeu que, após a aprovação da reforma da Previdência, será preciso pensar em soluções para que o País volte a investir*

**Ricardo Leopoldo, correspondente, O Estado de S.Paulo**

14 de maio de 2019 | 12h16

Atualizado 15 de maio de 2019 | 12h20

NOVA YORK - O presidente da Câmara dos Deputados, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), afirmou que será importante que as lideranças políticas brasileiras busquem soluções para a economia após a aprovação da **reforma da Previdência**.

Segundo o deputado, será preciso ampliar gastos em áreas fundamentais para elevar o crescimento do país, como investimentos públicos. Maia afirmou que a reforma sozinha não vai resolver os problemas de **crescimento** e **geração de empregos** no País.

“Estamos numa situação difícil no Brasil, pois o Estado perdeu capacidade para investir”, comentou Maia. Ele destacou que o volume de despesas obrigatórias do governo federal é muito alto, pois de cada R\$ 100,00, R\$ 94,00 são gastos dirigidos para áreas específicas.

Por outro lado, ele apontou que os salários dos servidores federais e estaduais “ficou caro” e há uma falência da qualidade dos serviços públicos em todos os entes da federação. “Com 13 milhões de desempregados, como vamos organizar a sociedade para atender estas pessoas?”, questionou.

Segundo Maia, ao retirar o **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** da discussão sobre a proposta da reforma da Previdência é possível aos parlamentares

dedicarem mais atenção à discussão sobre os recursos dentro do sistema nacional de benefícios para aposentados para as próximas gerações. “Foi importante esta decisão. A reforma da Previdência não é de direita nem de esquerda.”

Rodrigo Maia também mostrou que há aproximação do governo e do presidente Jair Bolsonaro junto ao Congresso. “(O ministro) Onyx tem estado mais próximo da presidência da Câmara e do Senado. O presidente (Bolsonaro) está com mais participação efetiva”, destacou, referindo-se a sua relação com o parlamento. O presidente da Câmara apontou que “há um presidente” da República eleito e um parlamento que também foi escolhido pela população nas urnas.

### **Votação**

Maia afirmou com exclusividade ao *Estadão/Broadcast* que a votação da reforma no plenário da Câmara deve ocorrer “logo depois” da sua aprovação pela Comissão Especial da Câmara, que para ele ocorrerá até junho.

“Vamos construir a data para a votação no plenário com o governo”, disse Maia. Ele apontou que o relacionamento com o presidente Jair Bolsonaro vem apresentando evolução. “Melhorou o diálogo com o presidente. Ele conversa mais, está mais próximo. Isto é importante.” O presidente da Câmara fez os comentários depois de participar de evento realizado pelo BTG Pactual em Nova York.

16/05/2019 - 05:00

## 'Reforma sai, mesmo com governo atrapalhando'

Por **Patrick Brock**

Em apresentação para investidores ontem em Nova York, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reafirmou seu compromisso com a reforma da Previdência, mas desta vez com uma crítica ao governo Jair Bolsonaro, autor da proposta. "Nós vamos fazer a reforma da Previdência, [mesmo] com governo atrapalhando, com mídia social; é a nossa responsabilidade", afirmou.

Maia participa do Brazilian Investment Forum, evento promovido pelo Lide, empresa da família do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Maia também aproveitou a ocasião para reafirmar seu apoio ao teto de gastos aprovado no governo Michel Temer. "Sempre defendi que o problema do Brasil não é a PEC do teto de gastos, mas o gasto excessivo", disse. Anteontem ele havia dito que a manutenção da regra, combinada com a falta de crescimento econômico, poderia levar o Brasil a um "colapso social" nos próximos anos. "A solução não é mais Estado, é mais setor privado", disse hoje.



*Maia garante: "Sempre defendi que o problema do Brasil não é a PEC do teto de gastos, mas o gasto excessivo"*

No evento do Lide, o presidente da Câmara afirmou ainda que está discutindo com a equipe econômica do governo mudanças na lei de falências. Outro tema abordado foram os incentivos fiscais. Ele informou que foi criado um grupo de trabalho para discutir o tema. "Fizemos um acordo com a oposição para isso", disse. Rodrigo Maia deve voltar ao Brasil hoje, e assumir a Presidência da República por 24 horas, já que o vice-presidente Hamilton Mourão viajará para a China. O presidente Jair Bolsonaro está em Dallas, nos Estados Unidos, e retorna amanhã.

Também no evento, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), foi pela mesma linha. Ele lembrou que Bolsonaro não falou das reformas durante a campanha de 2018. "Quando deputado, votou contra", destacou. "Mas o presidente se convenceu da reforma da Previdência após eleito, se conscientizou que a reforma é inevitável."

O senador afirmou então não ter dúvida de que sem a reforma "todos nós estamos fadados ao fracasso no Brasil". Ele demonstrou otimismo com o tema: "O Congresso Nacional terá coragem para aprovar essa reforma, reconstruir o Brasil e apresentar a verdade".

Já o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, voltou a conclamar a sociedade brasileira a diminuir o número de litígios no país. Segundo ele, o excesso de processos é prejudicial para a economia. "Temos que diminuir a litigiosidade no Brasil", disse.

Para Toffoli, o problema da judicialização tem origem na Constituição, que teria incluído todos os anseios da sociedade mas não inclui recursos para cumprir tudo isso, forçando o estabelecimento de emendas constitucionais. "Já dialoguei com os presidentes da Câmara e do Senado sobre a necessidade de desconstitucionalizar regras," disse ele. "Precisamos criar mecanismos alternativos de resolução de conflitos", completou.



## FOLHA DE S.PAULO

# Buraco negro fiscal impede investimento no país, diz Guedes

Para ministro, aprovação da reforma da Previdência abriria espaço para 10 a 15 anos de retomada do crescimento

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Rodrigo Viga Galer

**RIO DE JANEIRO | REUTERS** A reforma da Previdência abrirá espaço para o Brasil ter crescimento sustentado entre 10 e 15 anos, disse à Reuters nesta quarta-feira (15) o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo ele, sem as mudanças nessa área, o país está fadado a baixo nível de expansão.

"O buraco negro fiscal impede investimentos. Com a Nova Previdência, abrimos espaço para 10 a 15 anos de retomada do crescimento."

Desde 2011, o Brasil cresce em média 0,6% ao ano.

O ministro disse que, se a reforma da Previdência for aprovada dentro dos parâmetros propostos que preveem economia de mais de R\$ 1 trilhão em dez anos, o Brasil entrará num ciclo econômico virtuoso.

"Com a Nova Previdência, teremos equilíbrio fiscal, retomada de investimentos privados, poupança externa, juros mais baixos", afirmou.

De acordo com ele, a reforma "aumenta a poupança interna, acelera o crescimento e a criação de empregos".

Na terça (14), Guedes sinalizou que a projeção do governo para a expansão do PIB neste ano foi reduzida para 1,5%.

Na manhã desta quarta, o Banco Central divulgou que o IBC-Br, espécie de sinalizador do PIB, caiu 0,28% em

março na comparação com o mês anterior, segundo dado dessazonalizado. O resultado foi pior do que a expectativa de queda de 0,20% em pesquisa da Reuters.

Os dados oficiais do PIB serão reportados pelo IBGE no próximo dia 30.

"O Brasil hoje é prisioneiro da armadilha do baixo crescimento", disse Guedes à Reuters. "Sem a Nova Previdência, ficaremos mal", acrescentou.

O ministro disse confiança na aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que muda as regras das aposentadorias e aposta no apoio dos presidentes da Câmara e do Senado. "[Rodrigo] Maia e [Davi] Alcolumbre são excelentes lideranças no Congresso e estou confiante."

A expectativa do governo é que a reforma seja aprovada no segundo semestre, mas até lá há muitos desafios.

Por causa da fraqueza adicional da economia, o governo anunciará no fim deste mês novo contingenciamento de recursos, que deve ficar perto de R\$ 10 bilhões.

O Executivo ainda tenta no Congresso a aprovação de um crédito adicional para pagar despesas correntes sem infringir a chamada regra de ouro — que proíbe a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes, como salários e aposentadorias.

O governo precisa ter autorização para a liberação de R\$ 248 bilhões.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/05/2019	Página: A17

# FOLHA DE S.PAULO

## Ficou mais difícil subir a ladeira

Com o fracasso da economia no início do ano, até crescer 1% se tornou um problema

**Vinicius Torres Freire**

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Os economistas dos dois maiores bancos privados, Bradesco e Itaú, estimam que a economia tenha encolhido 0,2% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior. Deu chabu, está claro agora para todo o mundo. E daqui em diante? Angústia.

Vai ser difícil que a economia cresça mesmo o 1% que os bancos preveem para este ano. Para chegarmos a esse miserável 1%, seria preciso que o PIB (Produto Interno Bruto) crescesse ao ritmo de 0,6% por trimestre restante de 2019

ou algo equivalente. E daí?

Desde 2013, o ano em que tudo começou a terminar, a economia cresceu mais de 0,5% em apenas dois trimestres. Foi em 2013 e no início de 2017, quando houve uma safra excepcional e o país subia uma escadinha do buraco mais profundo da recessão.

Improvável não é impossível. Economia não é loteria, apesar de mumunhas e mistérios do comportamento social. Difícil é entender de onde viria o impulso para essa aceleração do crescimento, que nem é

visível, no momento. Os primeiros indícios são que o segundo trimestre não começou bem.

O consumo das famílias vai aumentar de modo relevante? Em geral, não é o caso, o consumo privado não costuma dar saltos. Depende do aumento da massa de rendimentos do trabalho, que vem crescendo moderadamente, pois o desemprego mal cai, se tanto. O mercado formal de trabalho parece esfriar.

Consumo depende também de crédito. Parece razoável acreditar que as pessoas vão

tomar mais empréstimos, neste clima? Com a confiança econômica caindo, com a baderna do governo, com as notícias de que a atividade econômica é ainda mais fraca do que se estimava, mesmo com expectativas já reduzidas?

O investimento em novas máquinas, equipamentos, instalações produtivas e moradias vai dar um salto? É da variação do investimento que dependem as viradas mais relevantes do PIB, para o bem ou para o mal. Dos grandes componentes da despesa

nacional, também é o mais difícil de prever.

Dadas a frustração das estimativas de crescimento, a queda do investimento público e a perspectiva falimentar para as contas públicas, parece difícil animar empresas a colocar dinheiro novos negócios. De resto, um governo que promove a desordem política e o conflito com o Congresso Nacional contribui de modo revoltante para a depressão dos ânimos.

A despesa do governo não vai crescer, se não cair ainda mais. O investimento em obras vai à míngua. O aumento do investimento privado em infraestrutura, por meio de concessões, parece apenas um plano infalível que não sai do papel, ao contrário do previsto pela euforia privatista que começou em 2016.

Do aumento de exportações não virá estímulo, se não

ocorrer o contrário. Para piorar, Donald "Nero" Trump voltou a criar tumulto na economia mundial, o que prejudica as condições financeiras aqui dentro também (juros, dólar, ações a preços que desanimam investimentos).

Do lado positivo, as famílias estão algo menos endividadas, na média. Em alguns mercados de empréstimos, há crédito de sobra nos bancos, a taxas de juros nos níveis mais baixos de que se tem notícia, caso do financiamento imobiliário.

A aprovação de reformas até o terceiro trimestre deve tirar algum investimento privado da gaveta, além de levar Banco Central e mercado a reduzir em um tico as taxas de juros. Mas esse eventual estímulo deve fazer algum efeito mesmo no ano que vem.

O programa só acaba quando termina. Mas está difícil

vinicius.torres@grupofolha.com.br

## FOLHA DE S.PAULO

# BC hesitante

Numa quase repetição do discurso que tem mantido desde o final do ano passado, o Comitê de Política Monetária do Banco Central continua a resistir a cortes adicionais na taxa básica de juros.

Até houve uma mudança sutil na avaliação do BC na ata da última reunião, divulgada na terça-feira (14), que ao menos reconheceu a piora do quadro de atividade econômica. Seria surpreendente se não o fizesse, dado que as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto vêm caindo continuamente.

Muitos analistas já trabalham com expansão próxima a 1% em 2019, semelhante ou menor que a do ano passado. A julgar pelos dados mais recentes divulgados pela autoridade monetária, que apontam queda de 0,68% na atividade no primeiro trimestre, o prognóstico nada tem de despropositado.

Afinal, os principais setores continuam estagnados, a criação de empregos prossegue de forma lenta e falta disposição para novos investimentos privados.

Como se não bastasse a queda da confiança de famílias e empresas, que ainda buscam elevar sua poupança, o esgotamento das finanças públicas também obriga todos os níveis de governo a uma gestão austera, que tende a perdurar.

A queda de arrecadação ameaça as metas orçamentárias e força contingenciamentos na esfera federal, enquanto estados e mu-

nicipios quebrados cortam serviços e seguram correções salariais.

Nesse quadro tenebroso, e sem prejuízo da necessidade urgente de reformas, o conservadorismo do BC nos juros, estáveis em 6,5% anuais desde março de 2018, tende a ser crescentemente questionado.

A justificativa do órgão para a inação é a incerteza quanto ao andamento das mudanças na Previdência Social — cujo eventual fracasso poderia desencadear uma escalada das cotações do dólar e, no limite, pressões inflacionárias, mesmo no contexto recessivo atual.

Por outro lado, para o BC, a aprovação da reforma poderia reforçar a confiança, acelerar o crescimento e consolidar juros mais baixos.

Ainda que o temor em relação ao pior cenário seja em tese consistente, vai parecendo excessiva a atenção da autoridade monetária a considerações sobre o cenário político, do qual não tem controle.

A realidade é que a ociosidade na economia se mostra gigantesca. A taxa de desemprego está em 12,7%, e o PIB ainda está mais de 5% abaixo do observado no início de 2014, antes da recessão.

Mesmo na perspectiva mais positiva, tal defasagem não seria eliminada antes de 2021, ou mesmo além. Cortes de juros não constituem panaceia, mas podem atenuar a crise. Com a inflação sob controle, não há obstáculo evidente fora dos conflitos brasilienses.

Veículo: Metro1	
Data: 15/05/2019	Caderno: Economia



## Economia

### 'Prévia' do PIB indica recuo de 0,68% na economia brasileira, diz Banco Central

Resultado oficial do PIB será divulgado pelo IBGE em 30 de maio; caso retração seja confirmada, será a primeira em dois anos



Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Por **Juliana Rodrigues** no dia 15 de Maio de 2019 · 10:40

A economia brasileira teve retração de 0,68% no primeiro trimestre de 2019 em comparação com o quarto trimestre de 2018, segundo aponta o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) divulgado hoje (15) pelo Banco Central.

O indicador funciona como uma espécie de "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB). Os números oficiais serão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 30 de maio.

Quando a comparação é feita com o resultado do primeiro trimestre de 2018, porém, o IBC-Br do primeiro trimestre de 2019 indica alta de 0,23%, sem ajuste sazonal. No período de 12 meses até março deste ano, também sem ajuste sazonal, os números do BC apontam crescimento de 1,05%.

Caso a retração do primeiro trimestre de 2019 seja confirmada, será a primeira desde o quarto trimestre de 2016, quando a economia brasileira teve queda de 0,6%.

# Tribuna

## Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



### PRESSÃO PARA TODO LADO

Não bastasse a desinformação nas cidades Brasil adentro – pesquisas apontam que a maioria da população não entende as mudanças na Previdência, não as aceitam e não compreendem o tamanho da importância para as contas do Governo – os deputados sofrem pressão diária, e presencial, dos servidores públicos e suas associações na Câmara Federal. O clima piora entre os militares. Mesmo assim, esses grupos encontram dificuldades para recolher assinaturas dos parlamentares para mudanças na PEC. Entre as “injustiças” da reforma, os servidores questionam a desconstitucionalização das regras, a idade mínima, a transição, a pensão por morte e as alíquotas progressivas de contribuição.

#### Em busca

O Regimento da Câmara estabelece que são necessárias assinaturas de, no mínimo, um terço dos deputados (171) para que emendas sejam protocoladas na Comissão Especial.

#### Aproximação

Os servidores têm procurado os insatisfeitos deputados do Centrão – PSD, DEM, PP, PR, PRB, Solidariedade – como aliados contra o Palácio para emplacar as emendas.

#### Brasil quebra

O alerta já foi dado por especialistas de dentro e em especial de fora do Governo: se a reforma não passar, em 15 anos 100% do dinheiro da União vai para aposentadorias.

Styvenson Valentim (PoderRN) fez seu lobby em plenário ontem distribuindo chocolates para todos os colegas, na tentativa de ver aprovado um projeto que relatou. Conseguiu sucesso no PLC 37/13, que faz mudanças pontuais no Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Quem votou a favor, ganhou mais chocolate, claro.

#### Sinal de fumaça

A indústria nacional de cigarros usa o ministro da Justiça, Sérgio Moro, para passar imagem de que os cigarros contrabandeados do Paraguai é que causam doenças nos brasileiros. Balela. Cigarro faz mal, seja nacional ou paraguaio. O Governo criou grupo de trabalho para tentar reduzir a carga tributária dos cigarros no Brasil.

# Tribuna

## Governo pode rever deduções do IR

As deduções da tabela do Imposto de Renda (IR) podem ser revistas, em troca de uma alíquota menor, disse hoje (14) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), ele declarou que o governo pretende tratar do tema na discussão das desonerações e isenções que constará da proposta de reforma tributária. É o que mostra reportagem de Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil Brasília.

“Os mais pobres gastam [cerca de] R\$ 100 bilhões e dão R\$ 20 bilhões para os mais favorecidos? Tem algo errado. Claro que tem que olhar isso. À medida que o país fica mais apertado, tem que escolher onde vai reduzir. Esse tema será revisto na proposta de reduzir todas as alíquotas e tirar deduções”, declarou o ministro.

Ele respondeu a uma pergunta da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que disse que o Orçamento destina R\$ 108 bilhões por ano ao Sistema Único de Saúde (SUS) para os mais pobres, enquanto o gasto anual com deduções de saúde e educação corresponde a R\$ 20 bilhões. “Temos que examinar nosso Orçamento e remover sinais de favorecimento para quem tem mais. Chega a hora em que não há mais recursos públicos para esse tipo de favor”, acrescentou Guedes.

O ministro explicou que

pretende trabalhar em conjunto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para construir uma proposta de reforma tributária. A ideia, segundo Guedes, consiste em unificar a proposta que tramita na Casa sobre o tema com sugestões da equipe econômica. “O Rodrigo Maia falou que vai reativar a proposta aqui, dando apoio ao encaminhamento à proposta do [ex-secretário de Política Econômica Bernard] Appy. Nós ativamos a nossa de cá e, quem sabe, trabalhamos juntos e fazemos a coisa acontecer”, disse.

Guedes explicou que a principal divergência da equipe econômica em relação à proposta que tramita na Câmara diz respeito ao Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). O texto no Congresso previa a unificação de tributos federais, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados e do Imposto sobre Serviços (ISS) dos municípios em um único imposto que seria compartilhado entre União, governos estaduais e prefeituras.

O governo atual pretende unificar apenas os tributos federais num IVA e deixar aos estados e municípios a opção de aderir. “É mais viável juntar os impostos federais e juntar tudo num IVA. Não achamos que nós devemos ter o poder de ir a um estado e dizer que deve aderir a um imposto. Podemos sugerir, não impor”, explicou.

# Tribuna

## ‘Prévia’ do PIB indica que economia recuou 0,68%

A economia brasileira registrou retração de 0,68% no primeiro trimestre de 2019, indica o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), uma espécie de “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo Banco Central nesta quarta-feira (15).

O recuo de 0,68% entre janeiro e março deste ano foi verificado na comparação com o quarto trimestre de 2018. O número foi calculado após ajuste sazonal, uma “compensação” para comparar períodos diferentes de um ano.

Quando a comparação é feita com o resultado do primeiro trimestre de 2018, porém, o IBC-Br do primeiro trimestre de 2019 indica alta de 0,23% (sem ajuste sazonal). Em 12 meses até março deste ano, também sem ajuste sazonal, os números do BC indicam uma expansão de 1,05%.

O IBC-Br é um indicador criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Os números oficiais do PIB do primeiro trimestre serão divulgados no dia 30 de maio.

A retração registrada no primeiro trimestre deste ano, se confirmada, será a primeira desde o quarto trimestre de 2016, quando a economia brasileira registrou um tombo de 0,6%.

### IBC-BR X PIB

O cálculo do IBC-Br é um pouco diferente do usado no PIB. O indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos. Os resultados do IBC-Br, porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais divulgados pelo IBGE.

Além disso, o IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros (Selic) do país. O crescimento ou desaceleração da economia influenciam na inflação, que o Banco Central busca controlar por meio da taxa Selic.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 16/05/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## PIB de 2019 deve ficar abaixo de 1%, diz BNP Paribas

### ***Banco francês cortou sua estimativa de crescimento do país de 2% para 0,8%***

15.mai.2019 às 16h46 Atualizado: 15.mai.2019 às 18h05

**Anais Fernandes**  
**São Paulo**

O BNP Paribas cortou sua estimativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro neste ano de 2% para 0,8%, prevendo assim que o desempenho de 2019 ficará abaixo do registrado no ano anterior (1,1%).

O banco já havia reduzido há alguns meses sua projeção de 3% para os então 2%, citando incerteza fiscal elevada, desemprego alto e recuperação lenta dos investimentos.

O cenário projetado pelo BNP agora é mais pessimista do que aquele sinalizado pelo mercado —o Boletim Focus, do Banco Central, aponta para 1,45%— e pelo governo, com o ministro Paulo Guedes indicando 1,5%.

Para 2020, a expectativa do BNP foi reduzida de 3% para 2,5%, em linha com o Focus.

José Carlos Faria, economista-chefe do banco, disse que a sequência de indicadores do primeiro trimestre decepcionou e provavelmente levará a um PIB negativo nos três primeiros meses do ano. A projeção é de queda de 0,3% em relação ao último trimestre de 2018.

Em relatório, o economista do BNP Gustavo Arruda cita uma combinação de "vários ventos contrários" no início do ano.

Pelo lado da oferta, a indústria e os serviços se mostraram mais fracos, enquanto pela demanda os investimentos continuam fraquejando. No front externo, cita a queda nos preços e volumes de exportação —diante da desaceleração global causada pela [disputa comercial entre China e Estados Unidos](#)—, bem como a [profunda recessão na Argentina](#).

Mas, segundo Faria, o grande peso negativo diz respeito às incertezas em torno da reforma da Previdência. "O país está paralisado. Havia uma expectativa de que poderia ser mais rápida, mas o que vemos é que, na melhor das hipóteses, será aprovada no segundo semestre e não sabemos com qual tamanho final de economia. Isso prolonga a incerteza", afirma.

O banco trabalha com uma expectativa de aprovação do texto em agosto na Câmara dos Deputados e em outubro no Senado, com uma economia esperada de R\$ 500 bilhões a R\$ 600 bilhões em dez anos. O governo estimou que sua proposta poderia gerar cerca de R\$ 1,2 trilhão de economia em uma década.

"Para o segundo trimestre, indicadores antecedentes até agora sugerem crescimento positivo, mas fraco", diz Arruda.

O BNP também elevou a inflação projetada para 2019 de 3,5% para 4%, de olho em uma depreciação cambial, alguns preços mais altos para importados e riscos relacionados à peste suína na China.



Faria diz, no entanto, que, com o crescimento econômico muito fraco, a inflação permanece "bem comportada". E acrescenta que o IPCA (índice oficial do país) acumulado em 12 meses —que está em 4,94% até abril— deve declinar a partir de junho.

"Acho que vai ser muito difícil o Banco Central evitar um novo corte de juros nessa situação de inflação baixa", diz Faria. O banco projeta a Selic (taxa básica de juros) a uma nova mínima recorde 5,75% ao ano no fim de 2019. Hoje, está em 6,5%.

Cortes, no entanto, só devem ocorrer após a aprovação da reforma da Previdência, conforme sinalizou o BC na ata do último Copom (Comitê de Política Monetária), diz Faria.

"Sem a reforma, pode haver uma reação muito negativa dos ativos, o que acaba impedindo a redução dos juros", afirma.

Com Reuters